

prestando

contas

INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Lançado novo Portal da Transparência

De acordo com o jornal **O Globo**, TCE do Ceará é um dos cinco do País a cumprir a Lei de Acesso à Informação

Pág. 9

- 🕒 PCC garante melhorias para servidores **pág. 3**
- 🕒 Novo Procurador de Contas toma posse **pág. 4**
- 🕒 TCE cria Registro Eletrônico de Atos de Pessoal **pág. 7**
- 🕒 Escola de Contas capacita mais de 5 mil jovens **pág. 11**

Aprovado por unanimidade
Parecer Prévio
das Contas do Governador



Pág. 5



EXPEDIENTE

CONSELHEIROS

Presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Vice-Presidente

Pedro Augusto Timbó Camelo

Corregedor

Edilberto Carlos Pontes Lima

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa
Teodorico José de Menezes Neto
Soraia Thomaz Dias Victor
Rholden Botelho de Queiroz

Auditores

Itacir Todero
Paulo César de Souza

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE

Procurador Geral de Contas

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Procurador de Contas

Eduardo de Sousa Lemos

CORPO DIRETIVO

Chefe de Gabinete da Presidência

Aline Bezerra e Mota

Procurador Geral

André Rodrigues Parente

Secretário Geral

César Wagner Marques Barreto

Secretário Adjunto

Luiz Gonzaga Dias Neto

Secretária de Controle Externo

Giovanna Augusta Moura Adjafre

Secretária de Administração

Ana Cristina Uchôa de A. Andrade

Secretário de Tec. da Informação

Marcos Teixeira Bezerra

Assessora de Comunicação Social

Kelly de Castro - 46162 MTb/DF

Projeto Gráfico e Diagramação

J. Clécio Farias

Textos/Fotos

Gabriella Antunes / Jessica Pereira /
Katyucya Kayatt / Manuela Porto /
Ramiro Jorge / Raquel Palhano

Impressão

Apex - Tiragem - 1 mil exemplares

Distribuição gratuita

Tramitam no Congresso Nacional Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que preveem a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC). Caso aprovadas, contribuirão para aumentar a transparência e controle social dos entes que fiscalizam e acompanham a gestão dos recursos públicos.

À semelhança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o CNTC ficará imbuído em promover o equilíbrio e a harmonia das práticas operacionais adotadas entre as Cortes de Contas do Brasil.

Caberá também ao Conselho exercer a atividade correccional no desempenho das atribuições constitucionais de seus membros, atuando como órgão de controle, unificado e imparcial, na repressão de condutas arbitrárias nos julgamentos das contas públicas.

Parece-nos apropriada a criação de um colegiado habilitado a exercer o controle da atuação administrativa e financei-

ra dos Tribunais de Contas e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Significará a criação de um verdadeiro sistema de controle externo nacional.

Defendida em oportunas ocasiões pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), a aprovação do Conselho, na verdade, resguarda a atuação regular do bom gestor, já que, em seu caráter preventivo, evita o cometimento de abusos ou atos de improbidade administrativa, além de aperfeiçoar a atuação técnica e fortalecer a missão institucional das Cortes de Contas sob sua sujeição.

Por isso, quando aqui propomos apoiar a instituição do CNTC, vislumbramos, em sua extensão final, tornar as atividades exercidas pelas Cortes de Contas, em especial as do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mais eficientes e eficazes, garantindo à sociedade maior transparência e moralização dos atos dos gestores públicos.

MICROEMPRESA

TCs e Sebrae realizam encontro nacional de incentivo ao desenvolvimento local

O evento "Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local" mobilizou representantes de todo o País em março último. Fruto de parceria firmada entre os Tribunais de Contas, por meio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), e o Sebrae, o encontro aconteceu de forma simultânea em 22 capitais brasileiras. No Ceará, o encontro foi na sede do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-CE).

Representando o TCE-CE, a conselheira Soraia Victor destacou que o grande objetivo é abrir oportunidades de crescimento, gerar renda para empresário e Município, a fim de que as pessoas não utilizem apenas os

programas sociais do Governo como única fonte de renda.

O encontro visou incentivar os gestores dos 184 municípios cearenses a fazer uso da Lei das Micro e Pequenas Empresas, dentro da legalidade da Lei das Licitações (nº 8666/93), divulgando a Lei Estadual 15.306/2013, uma regulamentação da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a qual instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



CONQUISTAS

Aprovado novo PCC e criados mais cargos de servidores

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) nomeou, dia 11 de abril, dez aprovados no último concurso de provas e títulos para tomar posse do cargo de Analista de Controle Externo: sete deles com orientação em Auditoria Governamental e três com orientação em Auditoria de Obras Públicas.

As nomeações foram feitas com base na Lei nº 15.330, de 8 de abril de 2013, que alterou a Lei Estadual nº 13.783, de 26 de junho de 2006, que trata do Plano de Cargos e Carreira (PCC) de Controle Externo do Tribunal de Contas do Ceará. Com essas nomeações, a Corte de Contas busca melhorar cada vez mais sua estrutura de pessoal e oferecer um serviço mais ágil e transparente a todos os cidadãos.

As mudanças na Lei, também, garantiram melhorias salariais para auxiliares, técnicos e analistas de Controle Externo da Corte de Contas, conquistas defendidas pelo presidente da Corte de Contas, Valdomiro Távora, que fez questão de acompanhar a aprovação da matéria na Assembleia Legislativa. O novo texto foi sancionado pelo governador Cid Gomes e publicado no Diário Oficial de 8 de abril. “É mais do que justa e merecida essa melhoria no Plano de Cargos e Carreiras dos servidores,” declarou o Presidente.

A minuta do Projeto de Lei foi aprovada no Pleno da Corte de Contas no dia 5 de março por unanimidade. Na ocasião, todos os conselheiros e auditores parabenizaram o esforço pessoal do Presidente em conseguir as melhorias para os servidores.

O texto foi elaborado com a participação dos servidores do Tribunal. “A aprovação contou com a grande colaboração do Presidente Valdomiro, que abraçou essa causa desde o início e conseguiu o feito para os servidores dessa casa. Agora conseguimos uma nova perspectiva para a carreira de controle externo, colocando o Tribunal entre um dos melhores para se trabalhar no Brasil”, afirmou o presidente da Associação dos Servidores, Marcelo Gonçalves dos Santos.



Novas aquisições – Atento às necessidades dos servidores em prestar um serviço de excelência à sociedade, em boas condições de trabalho, o TCE-CE adquiriu um novo mobiliário e equipamentos de informática, incluindo notebooks, para técnicos e analistas das Inspetorias. Para a 11ª Inspetoria de Controle Externo, responsável por inspeções em obras públicas, foram comprados materiais específicos como trenas digitais, medidores de espessura de chapa ultrassônico, medidor de dureza superficial de concreto, localizador de barras de aço, trenas de bolso, trenas de diâmetro, paquímetros digitais e câmeras fotográficas.

Banco de Horas – Foi implantada, no início deste ano, a nova sistemática de registro e controle de frequência dos servidores do TCE-CE. O objetivo é facilitar o registro de ponto dos servidores efetivos do TCE. Cada andar tem, agora, um novo relógio para que o servidor faça o registro sem precisar descer ao térreo. A nova máquina identifica a entrada e a saída na hora em que o ponto é batido. “Essa é uma conquista para todos os servidores”, declarou a diretora da 11ª Inspetoria de Controle Externo (11ª ICE), Liana Peixoto.

Segurança e Acessibilidade

Construído na década de 40, o prédio sede do Tribunal de Contas do Ceará está sendo reformado para se adaptar às normas de segurança e acessibilidade. A iniciativa é da atual gestão do TCE, preocupada em garantir a segurança dos visitantes, servidores e colaboradores.

Desde fevereiro, o estacionamento está em reforma. Todo o teto do galpão, que estava deteriorado, foi trocado a fim de garantir um espaço mais apropriado e seguro aos servidores. As entradas do Tribunal também estão sendo adaptadas e haverá um controle de acesso de veículos, visitantes e prestadores de serviços, além da implantação de sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV).

Para garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, foi implantada uma rampa no estacionamento da Corte de Contas. Na entrada principal, um piso tátil, formado por placas de borracha antiderrapantes, orienta os deficientes visuais. Um banheiro adaptado aos cadeirantes também foi construído no térreo do prédio.

“A adaptação dos prédios antigos nem sempre é possível, seja pelas dificuldades técnicas ou mesmo pelo alto custo desse tipo de reforma. Mas devemos sempre tentar reduzir as barreiras existentes”, afirmou o presidente Valdomiro Távora. Paralelamente às novas conquistas, as obras do anexo II do TCE avançam significativamente e vão garantir uma melhor estrutura para todos que compõem a Corte de Contas do Ceará.



MINISTÉRIO PÚBLICO

Novo Procurador toma posse no Tribunal de Contas do Ceará

A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro passado, após decisão judicial.

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) recebeu, em março último, um novo procurador do Ministério Público Especial junto ao TCE. Eduardo de Sousa Lemos tomou posse do cargo perante o Procurador-Geral do MP, Gleydson Alexandre. “É uma honra tomar posse no Tribunal de Contas do Ceará. Venho com o espírito desarmado para dar o melhor de mim e engrandecer este Tribunal e o Ministério Público na defesa da ordem jurídica.” Em seu discurso, Sousa Lemos destacou sua experiência de 30 anos dedicados ao serviço público, sendo 24 anos deles aos Tribunais de Contas.

O Presidente do TCE-CE, conselheiro Valdomiro Távora, parabenizou-o, se colocando à disposição, dentro das limitações da estrutura do Tribunal. “Tenho certeza de que sua experiência vai engrandecer esta Corte de Contas”, enfatizou Távora.

Eduardo de Sousa Lemos foi aprovado no concurso realizado em 2006 – e homologado em sessão plenária em agosto de 2007. Na época, tomaram posse Rholden

Queiroz, que atualmente ocupa a vaga de Conselheiro destinada ao MP especial junto ao TCE-CE, e Gleydson Alexandre, Procurador-Geral.

O preenchimento da terceira vaga reservada ao cargo de Procurador não foi possível devido a uma discussão judicial com o candidato habilitado em 4º lugar – o que deixou o processo *sub judice*. No segundo semestre de 2012, quando o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública revogou as liminares e extinguiu a Ação Cautelar, o presidente Valdomiro Távora solicitou ao governador Cid Gomes, por meio de ofício, que adotasse as providências para efetivar a nomeação de Eduardo de Sousa Lemos no cargo de Procurador. A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro passado.

Natural do município de Ecoporanga (ES), Eduardo de Sousa Lemos é pós-graduado em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (Unama), e especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Castelo Branco (RJ). É bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e em Ciências Contábeis, pela FACE/ES. É autor dos livros Lei de Responsabilidade Fiscal e Controle Externo – O Tribunal de Contas.

FISCALIZAÇÃO

TCE adere às Normas de Auditoria Governamental

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) foi um dos primeiros a adotar as Normas de Auditoria Governamental (NAGs). Recomendadas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), as NAGs foram adaptadas das normas e diretrizes de auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

As Normas de Auditoria Governamental têm o objetivo de estabelecer um padrão nacional de atuação das diversas equipes de trabalho de cada Tribunal de Contas. As NAGs definem os princípios básicos que devem reger as atividades de auditoria governamental, fornecendo subsídios que permitam determinar os procedimentos e as práticas a serem utilizados no planejamento, na execução das auditorias e na

elaboração dos relatórios. Todas foram adaptadas a fim de refletir a experiência prática do setor público, as obrigações constitucionais e legais, bem como as responsabilidades específicas dos TCs brasileiros.

Baseadas em práticas internacionais, as normas foram desenvolvidas com o apoio do IRB, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

EXERCÍCIO 2012

Aprovado Parecer Prévio das Contas do Governador

O Pleno do Tribunal de Contas do Ceará aprovou por unanimidade, em sessão extraordinária dia 27/5, o Parecer Prévio das Contas anuais do Governador referentes ao exercício de 2012. O processo 01610/2013-4 foi relatado pelo conselheiro Rholden Queiroz, que votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das Contas.

Após a leitura do relatório, Rholden Queiroz fez uma apresentação com dados detalhados sobre setores da administração pública. Em seu voto, o Conselheiro fez recomendações, aprovadas pela maioria dos Conselheiros, e sugeriu que fossem encampadas pelo julgamento a ser proferido pelo Legislativo estadual. A conselheira Soraia Victor, em Declaração de Voto, reforçou que aprova o Parecer apresentado, mas declarou que opta pelas ressalvas em vez de recomendações. O Ministério Público especial junto ao TCE emitiu parecer aprovando as contas, com ressalvas e recomendações. O Parecer Prévio servirá como subsídio para julgamento das Contas do Governador na Assembleia Legislativa.

O secretário de Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag), Eduardo Diogo, declarou que as ponderações feitas pelos Conselheiros serão avaliadas. “As recomendações feitas serão devidamente analisadas e tudo o que vem ao encontro de aperfeiçoar a eficiência da gestão pública no Estado do Ceará são devidamente acolhidas. Essa é a orientação do Governador Cid Gomes para levar melhor serviço de qualidade à população”, finalizou Eduardo Diogo.

Além do presidente Valdomiro Távora, compuseram a mesa o Procurador Geral do MP, Gleydson Alexandre, o secretário Eduardo Diogo, o Ouvidor e Controlador do Estado, João Alves de Melo, e o secretário geral do TCE, Cé-

sar Barreto. Também prestigiou a sessão do Pleno a controladora e ouvidora geral adjunta, Sílvia Helena Corrêa Vidal. Todos os conselheiros presentes elogiaram o trabalho do Relator, bem como de seu gabinete e da Comissão Especial das Contas do Governador.

A coordenação dos trabalhos na Comissão Especial ficou a cargo do analista de Controle Externo, José Wesley da Silva, e dos integrantes Anelise Florêncio (8ª Inspeção de Controle Externo/8ª ICE), Eugênio de Castro e Silva (3ª ICE), Mara Leite Barbosa (9ª ICE), Maria do Nascimento Arruda (6ª ICE), Cléa Sabino (7ª ICE), Vanilda Lima (5ª ICE) e Henny Nunes (4ª ICE).



CONTROLE EXTERNO

Órgãos Estaduais devem enviar prestações de contas públicas até 30 de junho

Termina em 30 de junho o prazo para envio das prestações de contas dos 101 órgãos, entidades e fundos jurisdicionados do TCE-CE. As contas referem-se ao período de um ano, de janeiro a dezembro do ano anterior, no caso 2012. Devem prestar contas dos recursos públicos todo aquele que guarde, administre, gere, arrecade ou utilize bens e valores públicos. Trata-se de um dever constitucional e moral.

Este será o segundo ano que o TCE receberá as prestações de contas em formato eletrônico, o que permite maior celeridade na sua tramitação, maior transparência e preservação do meio ambiente com a diminuição da utilização de papel. Com o formato eletrônico, os Gestores Estaduais devem ficar atentos, pois assinarão suas prestações de contas eletronicamente.

Sem essa assinatura, o Tribunal não poderá receber os processos.

Caso sejam necessárias mais informações, esses esclarecimentos podem ser entregues em mídia eletrônica (CD ou DVD). O gestor não precisa imprimir seus esclarecimentos para dar entrada no protocolo do TCE-CE. Com essa possibilidade, o Tribunal entende que serão poupados tempo e recursos financeiros dos jurisdicionados.

Uma dica importante é a resolução utilizada na digitalização das imagens. A Corte de Contas está trabalhando em 200 dpi com escala de cinza. Utilizando esse padrão, os arquivos digitalizados dificilmente ficarão com tamanho superior a 3Mb, que é o limite máximo utilizado pelo Tribunal. Para mais esclarecimentos sobre o Proce-

so Eletrônico, basta enviar e-mail para processoeletronico@tce.ce.gov.br

A prestação de contas consiste no envio, aos órgãos responsáveis pelo Controle Externo, do conjunto de documentos e informações obtidos direta ou indiretamente, que permitam avaliar a conformidade e o desempenho da gestão dos responsáveis por políticas públicas, bens, valores e serviços públicos estaduais.

101

órgãos,

entidades e fundos jurisdicionados
enviam prestação de contas para
análise do TCE-CE.

TCU & TCE

Avaliadas obras de mobilidade para Copa de 2014

A Comissão de Obras de Grande Porte do TCE foi criada em 2012 para acompanhar o andamento dos empreendimentos públicos no Ceará.



Os auditores federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Daniel Negreiros Aguiar e Victor Souza Lopes de Oliveira, estiveram em Fortaleza, no início de abril, para avaliar os contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal referentes às obras de mobilidade urbana na capital cearense para a Copa do Mundo de 2014.

Em reunião no Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), os auditores se informaram sobre o trabalho da Corte de Contas em relação ao acompanhamento das obras estaduais para o evento: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e as Estações de Metrô de Fortaleza Padre Cícero e Juscelino Kubitschek.

Para a secretária de Controle Externo do TCE-CE, Giovanna Augusta Moura Adjafre, é importante essa troca de informações entre os Tribunais de Contas (TCs) para evitar trabalhos repetidos e saber onde cada Órgão está atuando. "Apesar de óticas diferentes, já que um faz o acompanhamento a nível federal e o outro estadual, com a chegada da Copa, as tarefas estão intrínsecas", ressalta Giovanna Adjafre.

Participaram da reunião José Oscar Feitosa Andrade e Marcel Oliveira, respectivamente coordenador e subcoordenador da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Obras de Grande Porte; a chefe de Gabinete da Presidência, Aline Mota; o coordenador técnico da Secretaria de Controle Externo do TCE, José Teni Cordeiro Jú-

nior; os analistas da Comissão, Daniel Menezes Cavalcante, Alexandre Guimarães Sabóia de Albuquerque e Francisco Cláudio Ferreira Reis; além dos dois auditores do TCU.

Arena Castelão – Aproveitando a estadia na capital cearense, os auditores do TCU, Daniel Negreiros Aguiar e Victor Souza Lopes de Oliveira, conheceram a Arena Castelão. Do TCE, acompanhou a visita o subcoordenador da Comissão de Obras de Grande Porte, Marcel Oliveira.

A visita à Arena Castelão foi guiada pelos engenheiros do Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) do Governo do Estado do Ceará, Arco Márcio Franco e José Welber da Cunha. O *tour* pelo estádio passou pelo grama, arquibancadas, museu e parte externa. "É fundamental a importância dos TCs nessa parceria. O TCE está estreitando a relação com o TCU, reforçando a transparência e a regular aplicação dos recursos públicos", afirma Marcel.

A Comissão de Obras de Grande Porte é formada por 11 servidores desta Corte de Contas e foi criada em 2012 com o objetivo de acompanhar o andamento de grandes obras no Estado. Atualmente, esse trabalho é realizado em seis empreendimentos: Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão, Centro de Eventos do Ceará, Acquário do Ceará, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), e Estações de Metrô de Fortaleza Padre Cícero e Juscelino Kubitschek.

AUDITORIA DE PESSOAL

Secretaria da Justiça e Departamento Estadual de Rodovias serão auditados

A Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) será o terceiro órgão público estadual a ser analisado pela equipe de servidores do TCE-CE. A escolha da Sejus foi feita no dia 12/3, durante sessão do Pleno, mediante sorteio eletrônico.

Os conselheiros já haviam aprovado, em 6/3, a realização de auditoria de conformidade de pessoal no Departamento Estadual de Rodovias (DER). Ambas serão feitas ainda como projetos-piloto. Os objetivos da auditoria de conformidade são verificar a existência de pessoal terceirizado desempenhando atividades nas áreas fins de órgãos/entidades da

administração pública estadual e se as despesas de pessoal estão sendo contabilizadas em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A primeira auditoria de conformidade de pessoal foi realizada, como projeto-piloto, na Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap), porque já existia uma determinação de se avaliar o órgão em outro processo do TCE. Na Fundação, a equipe de auditoria detectou, em seu relatório inicial, que existem indícios de terceirizados substituindo servidores nas áreas fins. O processo está sob análise do Tribunal.

TRANSPARÊNCIA

Tribunal de Contas do Ceará cria sistema para Registro Eletrônico de Atos de Pessoal

Agilizar os processos de análise dos atos de nomeação e reduzir o gasto com papel, garantindo a segurança dos documentos e a transparência. Esses são ganhos importantes conquistados com o novo sistema de Registro Eletrônico de Atos de Pessoal (REAP). O projeto do Tribunal de Contas do Ceará é pioneiro no Brasil e foi idealizado pelo conselheiro Alexandre Figueiredo, com apoio do presidente Valdomiro Távora.

Com o REAP, os atos de nomeação passarão a ser 100% digitais, tanto no envio quanto na tramitação no TCE. Todo o fluxo, desde a entrega dos processos pelos jurisdicionados, passando pela análise da área técnica e relator, até o julgamento pelo Pleno, ocorrerão totalmente de forma eletrônica, com assinatura digital, dando garantia legal aos atos.

Inicialmente, o REAP será implantado em todos os órgãos jurisdicionados apenas para nomeação. Os processos de aposentadoria, pensão e reforma ficarão para uma próxima fase. Juntos, estes processos representam cerca de 70% de todo os processos que tramitam no Tribunal de Contas do Ceará, segundo o conselheiro Alexandre Figueiredo, diretor-presidente do IPC.

Desenvolvido pela Comissão TCE 100% Digital, o sistema REAP está sendo implantado, como projeto-piloto, na Secretaria da Educação (Seduc), órgão respon-

sável pela maior quantidade de servidores do Governo do Estado.

A Secretaria da Educação foi a primeira a utilizar o sistema. Assessores da Seduc receberam treinamento para informatizar o processo de análise dos atos de nomeação. A capacitação foi realizada dia 26 de abril, no auditório do Instituto Plácido Castelo (IPC). Paulo Alcântara, secretário executivo do Instituto e responsável pelo REAP na Comissão TCE 100% Digital, fez a abertura da oficina e a introdução do treinamento. “Utilizando esta nova ferramenta teremos mais ganhos e produtividade”, disse.

A apresentação do Sistema foi feita pelo secretário de TI do Tribunal, Marcos Teixeira, com o auxílio da Diretora 10ª Inspeção de Controle Externo, Silvana Maria Lacerda Pereira, e da Subdiretora Ana Alzira Silva Sales. Marcos Teixeira é o responsável pelos ajustes finais no desenvolvimento e implantação do REAP. Caberá à Secretaria de TI manter e dar suporte no Sistema aos jurisdicionados.

A Secretária de Controle Externo, Giovanna Augusta Moura Adjafre, destacou a importância da parceria de todos os jurisdicionados com o Tribunal e ressaltou que o REAP vai contribuir para melhorar os processos na Secretaria da Educação, a princípio, e, em seguida, para todo o Governo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Inovado Sistema de Acompanhamento Processual

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) realizou ajustes no Sistema de Acompanhamento Processual (SAP) com o objetivo de otimizar e dar mais celeridade às baixas nos processos. A modificação foi solicitada pela Secretaria de Controle Externo (Secex), do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), e apresentada aos Diretores das 14 Inspeções de Controle Externo (ICEs), dia 9 de abril, no auditório do Instituto Plácido Castelo (IPC).

A apresentação ficou a cargo do secretário de TI, Marcos Teixeira Bezerra, com esclarecimentos da secretária de Controle Externo, Giovanna Adjafre, e do chefe da Coordenadoria Técnica, José Teni Cordeiro Júnior.

Servidores sugeriram mudanças nas nomenclaturas e a inclusão de novos motivos da baixa no Controle de Prazo de Esclarecimento. Também foi solicitada a criação

de um comunicado de alerta, que aparecerá semanalmente quando os prazos dos processos estiverem atrasados.

“O alerta serve para que as Inspeções fiquem atentas a prazos vencidos e tomem as providências necessárias”, explica a Secretária de Controle Externo. A inclusão de novos campos para dar baixa nos processos já foi atendida pela STI, e o novo sistema já está implantado.



“Conselheiro e Procurador: missões fundamentais para o controle externo”

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialista em Direito Tributário pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Rholden Queiroz é formado em Direito (UFC). Atuou como Auxiliar Judiciário do Tribunal de Justiça do Ceará (1995/1999), Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal (5ª Região - 1999/2000), Advogado da União (2000) e Procurador da Fazenda Nacional (2000/2007).

Concursado do TCE-CE como Procurador, exerceu a função de 2007 a junho de 2012, quando tornou-se Conselheiro da Corte para a vaga destinada ao Ministério Público especial junto ao TCE. Embora com destacada trajetória profissional, Rholden Queiroz ainda é jovem: 36 anos. Nos momentos de lazer, gosta de passear com a família (é casado, tem um filho de 2 anos e em breve terá uma menina), conversar com amigos e ler.



O senhor foi Procurador do Ministério Público especial junto ao TCE de 2007 a 2012 e agora é Conselheiro. Quais as principais diferenças entre os dois cargos?

O Procurador, além de emitir pareceres que subsidiarão o voto dos Conselheiros, possui também a missão de provocar a atuação do Tribunal mediante representações. Já o Conselheiro é aquele que vai decidir as questões. São, pois, funções complementares. Ambas são fundamentais para o controle externo. Os objetivos são os mesmos – efetivar o controle.

É um grande desafio ser relator das contas do Governador?

Muitos consideram a emissão do parecer prévio sobre as contas do Governador como a principal atribuição do Tribunal de Contas. Daí se dimensiona a grandeza do desafio. O TCE elabora, por assim dizer, uma espécie de “radiografia” do desempenho contábil, orçamentário, financeiro e econômico do Governo do Estado, a qual subsidiará o julgamento da Assembleia Legislativa e servirá de importante instrumento para o aprimoramento da gestão pública estadual, sendo também fonte de informações para o cidadão acerca dos rumos da administração.

Qual a importância das Escolas de Contas do Tribunais?

O principal objetivo do Tribunal de

Contas é assegurar que os recursos públicos sejam corretamente aplicados. Nessa visão, fiscalizar e capacitar são atividades que se complementam. Ambas são fundamentais para o controle e devem ser cada vez mais aperfeiçoadas.

O corpo técnico do TCE-CE é suficiente para a demanda atual?

Se compararmos quantitativamente o corpo técnico do TCE-CE com o de outros Tribunais, veremos que o nosso quadro é demasiadamente reduzido para fazer face a todas as missões do controle externo. É preciso adotar uma política de constante e gradual aumento do quantitativo de nossos técnicos.



Desde que aqui entrei, vejo o Tribunal se equipando para evoluir e prestar um serviço adequado à sociedade.

Em março último, foi realizado um encontro entre os TCs e o Sebrae para reforçar a aplicação da Lei 123/2006, que prevê a contratação de micro e pequenas empresas locais pelos prefeitos.

Qual a importância de parcerias como essa?

De eventos como este se extraem algumas constatações: a relevância do papel dos Tribunais de Contas como garantidores da aplicação da lei nos gastos públicos; a importância do engajamento dos Tribunais de Contas entre si e com a sociedade. Dessa parceria poderão ser colhidos importantes frutos para o desenvolvimento social.

Avalie a atuação do TCE-CE.

O TCE do Ceará tem passado por muitos avanços institucionais nos últimos anos. Reforçou seus quadros com o ingresso de novos analistas, depois de quase duas décadas sem concurso; instituiu os quadros de Procuradores do Ministério Público de Contas e Auditores, como exigia a Constituição Federal; atingiu a composição plenária completa com Conselheiros oriundos das carreiras de Auditor e do Ministério Público de Contas, alcançando o modelo preconizado pela Constituição Federal de 1988; inaugurou e vem investindo na Escola de Contas; criou novas e necessárias Inspetorias – a de fiscalização de Obras e a de Convênios. Desde que aqui entrei, vejo o Tribunal se equipando para evoluir e prestar um serviço adequado à sociedade. Ainda há muito o que avançar, especialmente no que toca a um controle mais ágil e concomitante ao gasto público, mas vejo um Tribunal se aperfeiçoando para atingir essa meta.

CIDADANIA

Lançado novo Portal da Transparência

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) lançou, dia 24 de abril, mais um canal de interação com a sociedade – o Portal da Transparência. O lançamento da nova página eletrônica (www.tce.ce.gov.br/portal) foi feito pelo Presidente do TCE, conselheiro Valdomiro Távora. “Esta é uma ferramenta indispensável para que o cidadão acompanhe os gastos desta Corte. É uma ferramenta de fácil manuseio e permite consultar nossos dados de forma rápida, simples e direta.”

Em seu discurso, o Presidente destacou o cumprimento das exigências da Lei Complementar 131/2009 e da Lei Estadual nº 12.527/2011. “Cumprimos a legislação, nossa obrigação. Mas devemos ressaltar que esta Corte partiu na frente de vários órgãos e é um exemplo que deve ser buscado pela Administração Pública.”

Entre as informações disponibilizadas para a sociedade estão a execução orçamentária e financeira, repasses, contratos e convênios, licitações, obras e reformas, além de dados da folha de pessoal. No Portal, também será possível visualizar

documentos de processos transitados e julgados pelo Tribunal, entre eles Acórdãos e Resoluções, Relatórios e Votos, Votos-Vista e Pareceres do Ministério Público.

As páginas do Portal foram apresentadas pelo analista de controle externo, Felipe Koury, membro da Comissão TCE 100% Digital, que mostrou a forma de fazer consultas e pesquisas referentes a despesas, licitações e informações de pessoal. A equipe de informática do TCE foi parabenizada por Valdomiro Távora pelo bom desempenho na construção do Portal. “Agradeço essa equipe, pelo empenho na realização desse canal de interação com a sociedade. Os dados serão alimentados diariamente”

”, disse Valdomiro Távora.

O lançamento contou com palestra proferida pelo Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Diniz de Aguiar, sobre a importância da transparência na administração pública. Prestigiou o evento o Controlador e Ouvidor Geral do Estado, João Alves de Melo.

No encerramento da solenidade, Valdomiro Távora fez questão de deixar uma mensagem a todos: “o papel principal das Cortes não é o punitivo e sim o preventivo, de orientação, para que o cidadão seja o grande beneficiado pelo bom uso dos recursos públicos”.



Presidente Valdomiro Távora e o controlador João Melo ouvem atentos palestra do ministro Ubiratan Aguiar.

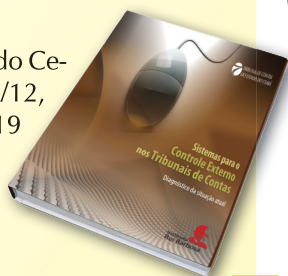
AUDITORIA DE TI

II Enauti acontecerá em Brasília

A segunda edição do Encontro Nacional de Auditores de Tecnologia da Informação (II Enauti) será em Brasília (DF) dias 6 e 7/6/13. O evento terá como sede o auditório do Conselho Federal de Contabilidade. O conselheiro do TCE-CE, Edilberto Pontes, vice-presidente de Tecnologia e Informática do Instituto, foi designado coordenador da segunda edição do Enauti.

Um dos trabalhos submetidos para apresentação é o diagnóstico sobre os Sistemas para o Controle Externo nos TCs. O documento foi elaborado pelo Diretor e pelo Subdiretor da 13ª Inspeção de Controle Externo (ICE) do TCE-CE, Raimir Holanda e José Auriço Oliveira, sob a orientação do conselheiro Edilberto Pontes.

Idealizado pela Corte de Contas do Ceará, o I Enauti aconteceu em 24 e 25/5/12, em Fortaleza, com participação de 19 estados. A ideia foi abraçada pelo Instituto Rui Barbosa e agora integra o cronograma anual de encontros dos TCs.



O Globo afirma: TCE-CE está entre os cinco que cumprem Lei de Acesso

O Tribunal do Contas do Ceará está entre os cinco do País a cumprir o modelo de transparência adotado pela União. A constatação foi feita pelo Jornal O Globo, em matéria publicada dia 16/5, quando completou um ano de vigência da Lei de Acesso à Informação. Ao lado do Ceará, destacaram-se os Tribunais do Paraná, Santa Catarina, Pará e Rondônia. De acordo com a matéria, assinada pelo jornalista Sérgio Roxo, 16 Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, guardiões dos gastos públicos, não divulgam nomes com salários de servidores.

Acesse a matéria na íntegra no link <http://oglobo.globo.com/pais/maioria-dos-tribunais-de-contas-descumpre-lei-de-acesso-8404774>

CONCURSO

Corte de Contas seleciona estagiários

Mais de 2,6 mil estudantes se inscreveram no concurso.

Superação em número de inscritos, o 5º Processo Seletivo de Estagiários do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) contou com a participação de mais de dois mil candidatos concorrendo a um total de 76 vagas. Realizado no último domingo do mês de abril (28/4), a organização do concurso ficou por conta do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Devido à quantidade de inscritos – mais de 2,6 mil – a seleção foi realizada em dois locais: Faculdade Sete de Setembro (FA7) e Faculdade Darcy Ribeiro.

Os acadêmicos concorreram às vagas distribuídas em nove cursos de graduação: Administração (2), Biblioteconomia (2), Ciências Contábeis (14), Comunicação Social (2), Direito (40),



Economia (2), Engenharia Civil (6), Informática (4) e Pedagogia (4). A concorrência maior se deu entre os alunos de Direito.

Os candidatos aprovados se submeteram à análise do Histórico Acadêmico. Nessa última fase, cada um deles deve ter, pelo menos, 40% dos créditos concluídos.

Esperando que o melhor aconteça, João Paulo, estudante de Administração do 7º semestre da UFC, considerou que a prova avaliou realmente o conhecimento dos candidatos. “Só um

candidato bem preparado conseguiria se dar bem nessa prova. Assim também aconteceu com a prova comportamental, que foi muito bem elaborada e analisava bem certos aspectos da nossa personalidade.”

Cada um dos convocados para o estágio na Corte de Contas do Ceará receberá uma bolsa no valor de R\$ 803,42 (oitocentos e três reais e quarenta e dois centavos) e auxílio transporte. O estagiário terá que cumprir uma carga horária de vinte horas semanais, distribuídas em quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira.

RECONHECIMENTO

Bird convida TCE-CE para auditar P4R



Especialistas do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Joseph Kizito, Etel Bereslawski e Susana Amaral, estiveram no TCE-CE, dia 8/5, em reunião com o presidente Valdomiro Távora. Na pauta, a discussão sobre o convite feito pelo Banco Mundial para que o TCE-CE fosse auditor do novo

Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (P4R). Cristina Medeiros, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), também participou da reunião.

O presidente Valdomiro Távora manifestou seu interesse em continuar a parceria com o Banco Mundial e ressaltou que o convite é um estímulo, pois demonstra o reconhecimento pelo trabalho já realizado pelo Tribunal nas auditorias do SWAp. Para Valdomiro Távora, o trabalho conjunto do TCE com os organismos internacionais de crédito só tem a acrescentar no que diz respeito à qualificação do corpo técnico da Corte de Contas.

O P4R tem como objetivo continuar avançando nos principais indicadores sociais dos SWAp I e II, para consolidar conquistas já alcançadas pelo Estado, incorporando, ao mesmo tempo, a preocupação do Governo do Estado do Ceará com o meio ambiente e com a redução das desigualdades socioeconômicas.

SERVIÇO

Certidão Negativa Digital é emitida pelo Portal

Mais um serviço *on line* está disponível no Portal do TCE-CE. Quem precisar poderá imprimir a Certidão Negativa em modelo digital, diretamente da página eletrônica www.tce.ce.gov.br. Além de disponibilizar o serviço no menu *Links* Importantes da página principal, a Secretaria de Tecnologia da Informação colocou um *link* também na seção Cidadão.

Qualquer pessoa poderá obter a certificação e o documento é válido por 30 dias. O novo serviço faz parte do compromisso assumido pela Corte de Contas do Ceará. A emissão da Certidão Negativa permite agilizar o serviço e evita que o cidadão gaste seu tempo deslocando-se até o Tribunal para fazer a requisição.

Dependendo da demanda, a certidão demorava de 2 a 7 dias para ficar pronta. Com a inclusão deste serviço no Portal do TCE-CE, a parte interessada adquirirá a certidão de imediato. Para acessar o endereço eletrônico, basta digitar o nome completo e o CPF. Além de diminuir a quantidade de requisições e documentos, contribuindo para que os servidores utilizem o tempo em outros serviços, a função gerará uma redução na quantidade de papel utilizada pelo TCE.

Mais de 5 mil estudantes são capacitados para fiscalizar gastos públicos



O Programa Agente de Controle, coordenado pelo Instituto Plácido Castelo (IPC), do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), ultrapassou a marca dos 5 mil estudantes capacitados para se tornarem fiscais da correta aplicação dos recursos públicos. Este número foi conquistado com a visita dos servidores do TCE/IPC ao município de Senador Pompeu, nos dias 25 e 26 de abril. Na ocasião, as palestras foram ministradas pelo assessor da diretoria do IPC, Pedro Henrique Alves Camelo, e pela coordenadora técnica do Instituto, Marcella Laura Leite Feitosa. Os estudantes, agora, estão aptos a fiscalizar os gastos públicos estaduais.

O encontro aconteceu no Colégio Liceu de Senador Pompeu, Marcionílio Gomes de Freitas. Participaram cerca de 300 alunos do Ensino Médio das escolas estaduais localizadas nos municípios vinculados à 14ª Crede. Além de Senador Pompeu, estavam presentes alunos das escolas de Mombaça, Solonópole, Milhã, Pedra Branca, Dep. Irapuan Pinheiro e Piquet Carneiro.

Criado em 2009 com o objetivo de disseminar, no meio estudantil e na população em geral, a importância do controle social sobre as finanças públicas, em menos de quatro anos o Programa Agente de Controle

já visitou 38 escolas em 24 bairros de Fortaleza e outras quatro cidades do Ceará (Maracanaú, Sobral, Senador Pompeu e Tauá).

Idealizado pelo conselheiro da Corte de Contas do Ceará, Alexandre Figueiredo, diretor-presidente do IPC, o Programa Agente de Controle visa fortalecer a interação entre o Tribunal e a sociedade, destacando a participação do jovem cidadão no controle social, contribuindo para o aprimoramento das atividades de fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais. A próxima visita do Agente de Controle será realizada em Iguatu, no dia 7 de junho.

REDE PÚBLICA ESTADUAL

Intensificada capacitação de gestores escolares

“Sou gestora escolar há 13 anos e essa é a primeira vez que tenho contato com o TCE. Me sentia desamparada, com medo de errar. Agora não mais. Nada como ser orientada e preparada pelo próprio Tribunal.” A declaração é da diretora da Escola de Ensino Médio Ana Bezerra de Sá, Maria Andrade Ferreira, uma das participantes do Curso de Qualificação de Gestores Escolares em Prestação de Contas, ministrado pela Corte de Contas do Ceará, em Maracanaú.

A iniciativa do TCE-CE, por meio do Instituto Plácido Castelo, visa qualificar os gestores das escolas públicas estaduais na forma adequada de realizarem procedimento licitatório na modalidade Carta Convite, bem como

na Prestação de Contas dos recursos movimentados diretamente pela unidade escolar. O treinamento é ministrado pelo diretor da 5ª Inspeção de Controle Externo (ICE) do TCE, Rubens Cezar Parente Nogueira.

Este ano, o curso de Gestores Escolares já atendeu os profissionais da 1ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (1ª Crede), que abrange os oito municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e da 14ª Crede, que abrange os municípios de Senador Pompeu, Mombaça, Solonópole, Milhã, Pedra Branca, Dep. Irapuan Pinheiro e Piquet Carneiro.



Para o coordenador regional da 1ª Crede, Pedro Henrique Sampaio, ações como esta ajudam a escola a otimizar o processo de execução financeira e a melhorar a forma de aplicação dos recursos públicos.

De acordo com a diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, “o Instituto tem várias vertentes de ações educacionais. E o Tribunal é um órgão controlador mas também educador”.

AULA DE CAMPO

Estudantes de Direito da Unifor e Fa7 visitam TCE

Estudantes do curso de Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor) e Faculdade 7 de Setembro (Fa7) visitaram o Tribunal de Contas do Estado do Ceará e o Instituto Plácido Castelo (IPC), nos dias 30/4 e 10/5, respectivamente. Eles foram recebidos pelo diretor-Presidente do IPC, conselheiro Alexandre Figueiredo; pelo diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Francisco Otávio de Miranda Bezerra; e pela diretora executiva do IPC, Hilária Barreto.

“Nossa missão é preparar os servidores e jurisdicionados para a correta aplicação dos recursos públicos, além dos trabalhos sociais, como é o programa Agente de Controle”, informou Alexandre Figueiredo.

O Secretário Geral, César Wagner Marques Barreto, fez uma pequena palestra sobre o funcionamento da Corte de Contas, das sessões do Pleno e das Câmaras, citou a estrutura organizacio-



nal do TCE e o papel do Ministério Público Especial.

O ponto alto foi a visita ao Plenário durante a Sessão Ordinária da Corte de Contas, realizada às terças-feiras, às 15 h. O presidente Valdomiro Távora elogiou a iniciativa do IPC e das universidades ao realizar essa parceria e disse que o Tribunal está de portas abertas para quem quiser conhecer as ações realizadas na instituição.

Da Unifor, acompanhou a visita a professora, Juliana Mamede. “As visitas técnicas contribuem bastante para a consolidação do conhecimento, formação e inserção no mercado de trabalho”, destacou. Cremilda Silveira, professora da Fa7, destacou: “É

uma experiência fundamental para aliar a teoria à prática”.

“É interessante a proposta de promover a cidadania para integrar a sociedade e observar os gastos públicos”, afirmou George Albuquerque, aluno da Unifor. “É importante entender o trabalho do Tribunal, e conhecer a estrutura do IPC foi ótimo”, afirmou Thayna Silveira, aluna da Fa7.



“Encontro com o Presidente”

O projeto “Encontro com o Presidente” faz parte do Programa Qualidade de Vida no Trabalho, coordenado pelo Núcleo de Recursos Humanos, em parceria com outros setores da Corte de Contas. Mensalmente, quinze servidores participam de um café da manhã na Presidência, com o conselheiro Valdomiro Távora.

A ideia de se criar este projeto surgiu a partir da Pesquisa de Clima Organizacional, que verificou a necessidade de haver uma maior interação entre a Presidência e os servidores e entre os próprios servidores de áreas distintas que, muitas vezes, não tomam conhecimento do que acontece dentro de outras salas da instituição.

Consórcio Público

O Instituto Plácido Castelo (IPC) realiza, até 10 de junho, o curso de extensão, na modalidade a distância, Consórcio Público - Aspectos Contábeis e da Gestão Operacional. Participam servidores do TCE, jurisdicionados e servidores dos Tribunais de Contas (TCs) de todo o Brasil. O objetivo é disseminar conhecimentos acerca da Gestão Operacional e Contábil dos Consórcios Públicos instituídos pela Lei nº 11.107/05. Esta é a segunda edição do curso, ministrado pelos analistas de Controle Externo José Wesmey da Silva e Elisabeth Couto Falcão.

Segurança

Bombeiros do Ceará participaram do curso de **Planejamento e Execução Orçamentária**, com foco no Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR). A ministração ficou a cargo do analista contábil-financeiro da Secretaria da Fazenda, José Garrido Braga Neto. Atendendo à solicitação do Comando Geral da Polícia Militar, o TCE promoveu o curso de **Contratos Administrativos: orientações básicas aplicadas à gestão**. O treinamento foi feito pelo coordenador técnico da Secretária de Controle Externo, José Teni Cordeiro Júnior. Os cursos aconteceram em abril.

Despesas Públicas

Voltado para os jurisdicionados, o curso “Processos de Despesa Pública: Formalização, Instrução, Acompanhamento e Liquidação” foi ministrado pela ouvidora da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), Rosângela Araújo da Silva, no auditório do IPC. O encontro foi realizado de 10 a 26 de março e teve como objetivo demonstrar aos participantes o processo de consolidação dos conceitos, regras e procedimentos relativos à despesa no setor público assim como esclarecer as dúvidas levantadas pelos alunos. Cerca de 45 jurisdicionados de diversos órgãos participaram do curso.